



## **A PRESENÇA DO SUJEITO NA PESQUISA: AS IMPLICAÇÕES PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO**

Blenda Carine Dantas de Medeiros; Thiago Matias de Sousa Araújo

*Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho – UNESP/ASSIS, blenda\_carine@hotmail.com;  
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, thiagomatias.sa@hotmail.com*

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo realizar uma discussão teórica acerca da implicação do pesquisador enquanto gente na produção de uma pesquisa e, ainda que de forma introdutória, os processos constitutivos do sujeito enquanto integrantes dos resultados da pesquisa. Para isso, são discutidos os seguintes tópicos: os sujeitos no processo de pesquisa, e o processo de construção dos dados no encontro entre pesquisador e pesquisados. Percebe-se, portanto, que há intencionalidade pessoal no fazer pesquisa e que o arcabouço teórico e metodológico, bem como os pressupostos epistemológicos que fundamentam o pensar do pesquisador, influenciam diretamente a produção do conhecimento e os rumos que sua pesquisa toma.

Palavras-Chave: Sujeito, Pesquisa, Construção do Conhecimento.

### **Introdução**

Tratar a construção do conhecimento científico nos leva necessariamente a olhar para aqueles que o produzem e para aqueles que participam do processo de produção desses saberes.

Considerando o ser humano enquanto um ser ativo, social e histórico, que se produz à medida que produz sua cultura, podemos dizer que as ações e necessidades humanas são sociais e historicamente determinadas em sociedades, haja vista o processo dialético em que se constituem. Ou seja, ao produzir instrumentos que satisfaçam suas necessidades e interesses, os sujeitos estabelecem novas relações com a natureza, o que levará a produção de novas necessidades e, conseqüentemente, de novos instrumentos para sua satisfação (BOCK, 1999).

Nesse processo, os sujeitos vão construindo cultura e se constituindo no meio social e cultural em que estão inseridos. Apropriam-se do mundo na relação com os outros, mediada por signos e instrumentos por meio dos quais vão se formando significados individuais e sociais. Desenvolvem, assim, sistemas de representação complexos, como a linguagem, a qual se configura enquanto principal sistema de signos.



É por meio da linguagem que desenvolvemos o pensamento generalizante, desenvolvemos a capacidade de representação da realidade. Além disso, com a objetivação do pensamento, também se torna possível a comunicação das significações e o seu desenvolvimento (Bock, 1999). Podemos dizer, pois, que nossas formas de pensar, agir e falar estão intimamente relacionadas ao tempo e espaço em que estamos inseridos, posto serem processos que se constituem socialmente.

Sendo as ideias “a representação daquilo que o homem faz, da sua maneira de viver, da forma como se relaciona com outros homens, do mundo que o circunda e das suas próprias necessidades” (ANDERY, 2012), nossos saberes e modos de pensar são estabelecidos no processo de produção de nossa existência, a partir das relações e atividades cotidianas que estabelecemos, e do acúmulo cultural a que temos acesso.

Dessa forma, ideias antagônicas representam a realidade de pontos de vista diferentes, a partir de grupos sociais diferentes, o que leva à construção do conhecimento em suas diferentes formas. Tal perspectiva é corroborada por Bakhtin quando discute os gêneros textuais. Primeiramente, cabe destacar que as diversas esferas da atividade humana estão intrinsecamente relacionadas com a utilização da língua, o que se concretiza por meio de enunciados relativamente estáveis. Estes enunciados se referem aos gêneros textuais, os quais procedem dos integrantes de uma ou de outra esfera social, repercutindo as condições particulares e as finalidades de qualquer esfera social que utilize a língua.

Assim, é por meio de enunciados, que podem se dar na forma escrita ou oral, que expressamos o conhecimento que produzimos diante das questões de necessidade e curiosidade que surgem, sempre mediado por sistemas de pensamento que buscam ampliar as possibilidades de atuação humana.

Nesse sentido, Andery (2012) afirma que a ciência se caracteriza enquanto a tentativa dos sujeitos de entender e explicar racionalmente a natureza, sendo o processo de construção de conhecimento científico e o seu produto reflexos do desenvolvimento e ruptura ocorridos nos diferentes momentos da história, transpondo-se para as ideias científicas os antagonismos de cada modo de produção e as transformações de um modo de produção em outro.

Podemos perceber tal processo quando pensamos a própria construção da Psicologia no Brasil. Sendo histórica e social, a Psicologia foi se constituindo orientada por determinadas concepções de sujeito e sociedade comprometidas com a classe dominante nos diversos momentos



históricos do país (ANTUNES, 2012). Assim, fez-se contraditória e nesse tensionamento foram sistematizadas diferentes formas de conceber o sujeito e seus processos.

Ao buscar conhecer e explicar a realidade e os sujeitos dela participantes, a ciência se caracteriza enquanto uma atividade metódica (ANDERY, 2012). Busca atingir o conhecimento por meio de ações sistemáticas. O método científico, pois, por ser também determinado historicamente, abrange concepções sobre os sujeitos epistêmicos, sobre a relação entre o sujeito e aquilo que se procura conhecer e sobre o próprio conhecimento, sustentados por procedimentos definidos para a construção do conhecimento possível nesta relação.

Para isso, o pesquisador se utiliza de um referencial teórico metodológico consistente com seus pressupostos epistemológicos e ontológicos. Ontologia se refere ao estudo da natureza da existência, enquanto epistemologia trata da teoria do conhecimento, proporcionando um plano de fundo filosófico para decidir os tipos de conhecimentos adequados (GRAY, 2012).

Advindos da Grécia Antiga, nós temos duas concepções ontológicas, quais sejam do devir e do ser, dominantes durante muito tempo e que levaram à conformação de diferentes posições epistemológicas na organização da ciência. Heráclito, com a ontologia do devir, acredita em um mundo em constante movimento, onde nada permanece idêntico a si mesmo, e sim se transforma no seu oposto ante o princípio da contradição. Parmênides, com a ontologia do ser, postula que apenas o conhecimento intelectual permite com se conceba a realidade como idêntica a si mesma.

A ontologia do ser teve maior influência na filosofia ocidental, alinhada a uma epistemologia representacionista que, segundo Gray (2012), orienta o pensamento para resultados e estados finais no lugar de buscar compreender os processos de mudanças, investigando, assim, representações consideradas precisas do mundo exterior.

Assim, a perspectiva epistemológica ajuda a esclarecer a estrutura geral da pesquisa, constituindo o referencial teórico metodológico do pesquisador. Para Severino (2007), quando o pesquisador, no processo de construção do conhecimento, “aplica” os pressupostos epistemológicos que embasam seu fazer e, por coerência interna com estes, utiliza-se de recursos metodológicos e técnicos pertinentes e compatíveis com o paradigma alinhado a esses pressupostos.

Os recursos metodológicos e procedimentais são, pois, também determinados historicamente, e só podem ser compreendidos enquanto reflexo de nossas necessidades e possibilidades materiais, ao mesmo tempo em que nelas interfere (ANDERY, 2012). Com isso, podemos afirmar que, ante os antagonismos da própria história, coexistem diferentes interesses e



necessidades que levam, conseqüentemente, à produção de diferentes métodos e pressupostos epistemológicos e ontológicos. Assim, as diferenças na produção do conhecimento científico não ocorrem apenas temporalmente, mas podem coexistir num mesmo momento histórico de uma mesma sociedade.

Perante a pluralidade de perspectivas científicas da realidade, ou seja, de modos de conceber o sujeito e sua relação com o conhecimento, traduzidos pelo pluralismo epistemológico que caracteriza as ciências, se torna determinante da produção científica - e das relações entre os conhecimentos sociais e individuais - o reconhecimento da diferença e do outro (WULF, 2003). O processo de reconhecimento do outro leva diretamente à necessidade de se conhecer também com quem este outro se relaciona, ou seja, o pesquisador ou pesquisadora responsável pelas escolhas de pesquisa tomadas até o encontro.

Dessa forma, a pesquisa realizada no cotidiano traz muitos desafios e a necessidade de desvelar a rede complexa de relações que se estabelecem na produção do conhecimento. Não se aplica mais ideias como a neutralidade e imparcialidade do pesquisador tão difundidas pelo Positivismo quando da constituição da Ciência Moderna. O pesquisador passa a se implicar na construção da sua pesquisa e de seus resultados, sendo responsável pelos rumos dados ao planejamento da pesquisa para a produção de conhecimento dela derivada.

Nesse sentido, Esteban (2003, p. 126) afirma:

Portanto, o trabalho a ser realizado, com o objetivo de aprofundar a compreensão da realidade em sua complexidade, tendo como referência a perspectiva dialógica vinculada a processos de intervenção, vai além da construção de explicações para os fenômenos. Nos defrontamos, então, com a exigência de proposições metodológicas específicas, que ultrapassam a adaptação a procedimentos instituídos.

Ao apontar a exigência de se “ultrapassar a adaptação a procedimentos instituídos”, é possível dizer que Esteban nos alerta para a necessidade de se fazer presente na pesquisa os sujeitos concretos que a constituem, visto que o conhecimento se dá na cultura, na relação social e histórica em que é produzido.

O presente artigo tem como finalidade realizar uma discussão teórica acerca da implicação do pesquisador na produção de uma pesquisa enquanto gente, discutir, ainda que de forma introdutória, os processos de subjetivação do pesquisador em sua pesquisa. O interesse por trabalhar a temática de inserção e implicação do pesquisador enquanto sujeito se deu ao longo do processo de formação enquanto pesquisadores, e dos questionamentos que surgiam no sentido de estar o



pesquisador presente na sua pesquisa, acessível enquanto gente, com seus erros, falhas, seus acertos, suas descobertas e contribuições.

Esse interesse, aliado à leitura do capítulo de Rhoda Linton, *Rumo a um método feminista de pesquisa*, que compõe a terceira parte do livro *Gênero, Corpo, Conhecimento*, editado por Alison Jaggar e Susan Bordo, possibilitaram a materialização dessa problemática em formato de artigo.

Contextualizando, Linton (1997) discorre em seu capítulo sobre um método por ela desenvolvido para a produção de conhecimentos com grupos, o qual auxilia na organização do pensamento do grupo e dos seus princípios. Explicado em etapas didáticas com auxílio de um exemplo concreto, a autora não se exime do processo de construção, expondo suas expectativas e percepções, em uma perspectiva auto-reflexiva que permite ao leitor acompanhar todo o processo, com suas falhas e potencialidades.

Ciente de sua incompletude e da impossibilidade de apresentar uma pesquisa perfeita, ausente de críticas e falhas, ela traz todo o rigor metodológico da construção de um aparato procedimental, porém revestido de humanidade. Ou seja, ela consegue apresentar um construto científico sem ausentar dele o caráter concreto daquela que o produz, e daquelas que a auxiliam na construção da pesquisa.

Para tratar a implicação do pesquisador no processo de pesquisa, portanto, há dois pontos de discussão importantes de serem levantados. Primeiramente, devemos considerar a forma que se apresenta o investigador na produção do conhecimento e na construção da pesquisa em si. Em seguida e de forma mais aprofundada, devemos observar o processo de construção dos dados realizado nas relações estabelecidas durante o fazer pesquisa.

### **Os sujeitos no processo de pesquisa**

A produção de conhecimento a partir de um método científico, considerado uma “via de acesso que permita interpretar com a maior coerência e correção possíveis as questões sociais propostas num dado estudo, dentro da perspectiva abraçada pelo pesquisador” (OLIVEIRA, 1998, p. 17), constituiu-se em um movimento de valorização do pensamento racional, em contraposição à metafísica anteriormente hegemônica.

Acreditando-se, pois, que o uso da razão na construção do conhecimento possibilitaria não só conhecer o mundo, mas transformá-lo, buscou-se a construção de meios confiáveis para



observar, promover experimentos, elaborar hipóteses e princípios (OLIVEIRA, 1998). Ou seja, meios para produção de conhecimento que seriam operacionalizados por sujeitos concretos.

No entanto, a ciência que se organiza no início da modernidade, em oposição à metafísica do conhecimento, limitava o conhecimento dos fenômenos à expressão de uma relação funcional de causa e efeito que só podia ser medida como uma função matemática, adequando-se perfeitamente à apreensão e manejo do mundo físico.

Estando a organização da ciência inicialmente vinculada ao paradigma positivista, hegemônico quando da constituição da Ciência Moderna, a expressão subjetiva dos investigadores passou a ser considerada uma limitação na produção de um conhecimento verdadeiro. Dessa forma, os métodos científicos que primeiramente serviram à construção de conhecimento científico desde a modernidade tinham por finalidade apreender os fenômenos através de experiências controladas, cujo instrumental tecnológico desse conta de superar as limitações subjetivas da percepção (SEVERINO, 2007).

Assim, a abordagem positivista aos fenômenos investigados, ao tratar o sujeito sob os mesmos princípios de regularidade dos fenômenos naturais e aplicando-lhe as mesmas regras metodológicas, deixava escapar importantes aspectos relacionados com sua condição específica de sujeito, sendo os parâmetros puramente matemáticos ineficazes para garantir essa especificidade.

Essa perspectiva, em termos de construção do conhecimento, subordina a imaginação à observação, fixa ligações de regularidade entre os aspectos observados externamente, adotando um caráter comparativo e exterior aos sujeitos (MINAYO; SANCHES, 1993). Com isso, a dimensão simbólica do conhecimento não é considerada como parte das leis e fundamentos que derivam do uso dos métodos científicos. Apesar de não negar os significados, o positivismo leva à recusa de se trabalhar com eles, por considerá-los como uma realidade incapaz de se abordar cientificamente.

Essa forma de se pensar o sujeito na produção do conhecimento, colocando aquilo que o caracteriza enquanto apartado da ciência, teve forte influência na constituição da psicologia científica, estando as temáticas da subjetividade e do conhecimento psicológico subordinadas ao controle instrumental e a reducionismos conceituais e metodológicos (MOLON, 2011). Entretanto, no processo de desenvolvimento da psicologia e de outras ciências com as quais dialogam, foram surgindo novas formas de pensar o sujeito e posicionamentos diferenciados acerca do seu papel na produção do conhecimento, inclusive Molon (2011, p. 614) coloca:



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Na contemporaneidade, pergunta-se constantemente de que sujeito se fala, que sujeito está presente nas diversas teorias, se o sujeito é agente ou produto, ativo ou passivo, autônomo ou prisioneiro, livre ou assujeitado, interativo ou semiótico (da consciência, da atividade, da linguagem, do inconsciente); se é construído ou constituído (na história, nas relações sociais, nas narrativas, nas estruturas biológicas e cognitivas) de determinações internas e/ou externas; se é gerador/fornecedor de sentidos pessoais ou negociador de sentidos coletivos; ou ainda, se é sem sentido, vazio, ou efeito de várias posições e contingências ou imanência psíquica, ou poderia ser tudo isso, dialeticamente, dependendo do(s) lugar(es) que o sujeito ocupa na sociedade de classes sociais antagônicas.

Podemos associar tais questionamentos tanto quando tratamos dos sujeitos participantes da pesquisa quanto daqueles que a sistematizam. Com relação ao sujeito que participa da pesquisa possibilitando informações que se constituem enquanto dados, Gonzalez-Rey (2000) aponta que, sendo um sujeito ativo e intencional, implicado de forma permanente nas relações de comunicação, leva necessariamente àqueles que pensam a pesquisa ao desenvolvimento de alternativas metodológicas sustentadas por novas posições epistemológicas. Estas concepções epistemológicas se referem justamente às novas formas de se pensar o sujeito e sua relação com o conhecimento na constituição da ciência psicológica.

De forma semelhante, Esteban (2003, p. 126) traz a demanda por procedimentos de pesquisa que capturem o movimento e não simplifiquem a complexidade que tece os aspectos privilegiados na pesquisa, afinal, para um adequado desenvolvimento da pesquisa, torna-se essencial manter coerência entre as posturas epistemológica, metodológica e técnica.

Concebendo-se, portanto, o sujeito e tudo aquilo que o caracteriza enquanto essencial não só para a construção da pesquisa em si, mas para as relações estabelecidas no processo e a interpretação dos dados delas resultantes, se faz primordial considerar a intencionalidade e a subjetividade enquanto parte da pesquisa científica.

Nesse sentido, Minayo e Sanches (1993, p. 246) apontam que uma análise qualitativa completa, que leve em conta a compreensão intersubjetiva na organização da pesquisa, “interpreta o conteúdo dos discursos ou a fala cotidiana dentro de um quadro de referência, onde a ação e a ação objetivada nas instituições permitem ultrapassar a mensagem manifesta e atingir os significados latentes”.

Diante de novas epistemologias, que consideram a singularidade enquanto constitutiva dos sujeitos, se alinham pressupostos teórico metodológicos que são adotados pelos pesquisadores numa perspectiva de pesquisa mais participativa, mais engajada e comprometida. Pesquisadores que



também se implicam na pesquisa, apontando seus aspectos subjetivos na construção da mesma, sem perder o caráter científico, como nos demonstrou Linton (1997).

Uma epistemologia qualitativa que considera o papel do singular no processo de pesquisa e o caráter interativo da produção de conhecimento leva necessariamente a uma forma diferente de conceber a própria investigação. Nessa perspectiva, a pesquisa é considerada um processo de comunicação contínuo e progressivo entre investigador e sujeitos investigados, o qual possibilitará a produção de informações complexas e em profundidade, de forma a substituir “a resposta pela construção, a verificação pela elaboração e a neutralidade pela participação” (Gonzalez-Rey, 2000).

Assim, o processo de construção dos dados passa por uma imersão do pesquisador no fenômeno, de forma que, conhecendo-o bem, o pesquisador possa construir coerentemente o método e os dados. Valsiner (2000) enfatiza a importância de agir assim quando traz que os encontros intuitivos entre pesquisador e fenômeno deveriam ser “via regia” para seu entendimento, apesar de ainda serem bastante desacreditados nas ciências sociais. Essa avidez intuitiva passa, portanto, pela implicação do sujeito no fazer pesquisa.

De forma semelhante, Molon (2011, p. 618), ao discutir novos significados atribuídos à concepção de sujeito, expõe que “a constituição do sujeito acontece no campo da intersubjetividade, configurado como o lugar do encontro e do confronto e como o palco de negociações dos mundos de significação privado e público”. Com isso, o sujeito se apresenta e se constitui em relação ao outro, e é nesse encontro que também se produz o conhecimento, a partir das tensões e sínteses que caracterizam as relações. Ao que ela complementa:

O sujeito e o social são mutuamente constituídos e reciprocamente constituintes, e o processo de significação envolve e condensa todas as suas manifestações, expressões, sentimentos e emoções, afecções; portanto, seu corpo, sua atividade, sua consciência, sua vivência e sua experiência são atravessados e realizados pelos processos de produção da significação. (p. 619)

Assim, toda a movimentação no campo epistemológico e metodológico na constituição das ciências nos permitiu novas formas de produzir conhecimento que considerem a compreensão subjetiva dos fenômenos, que considerem o encontro intuitivo enquanto próprio da interpretação possível aos dados construídos em relação.

## **Os dados e os sujeitos da pesquisa**



Diante do que foi discutido até então, devemos agora problematizar a construção dos dados de pesquisa a partir de uma fundamentação que leve em conta a singularidade de ambos os sujeitos que constituem as relações a partir das quais se produz conhecimento, ou seja, não só aqueles de quem se obtêm informações, mas também os responsáveis por sua interpretação em forma de conhecimento científico.

Considerando que os dados são entidades construídas (VALSINER, 2000), sua construção abarca conexões realizadas pelo pesquisador entre um campo de significados e o fenômeno observado, ou seja, os dados apresentam aspectos do fenômeno a partir da representação de características do mesmo.

Estas representações do fenômeno são determinadas pelas construções teóricas do pesquisador, não sendo possível dissociar o dado produzido dos fundamentos daquele que o construiu. Assim, Valsiner (2000) define duas linhas básicas de obtenção dos dados, quais sejam: a quantificação do fenômeno, por meio da transformação em números representativos das características investigadas; e a tradução das características em representações estruturadas, como descrições verbais.

De forma semelhante, Minayo e Sanches (1993, p. 245) apontam alguns níveis na representação da realidade, a partir de outros referenciais por eles consultados:

Falando do campo sociológico, Gurvitch (1955) diferencia também dois níveis de experiência em constante comunicação: a) o 'ecológico, morfológico, concreto', que admite expressão em cifras, equações, medidas, gráficos e estatísticas; e b) o das 'camadas mais profundas, que se refere ao mundo dos símbolos, dos significados, da subjetividade e da intencionalidade.

Ambos estão em constante interação, mas são os últimos que se expressam por meio da linguagem e na vida cotidiana, possibilitando, pois, que a fala de um único sujeito revele condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos representativos de um grupo determinado, expressando aspectos de sua história e cultura específicas.

Para o campo da construção do conhecimento científico, portanto, se faz necessário o confronto da fala e da prática social enquanto tarefa complementar e concomitante da investigação, tendo em vista que "a ênfase quase absoluta na fala como material de análise transforma a questão da descoberta e da validade em habilidade de manipulação dos signos" (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 246).



Esteban (2003), por sua vez, ao apontar o caráter social que implica as expressões dos sujeitos em suas interações, coloca o contexto cultural enquanto espectro de influências a partir do qual os sujeitos em interação direta construirão os dados de pesquisa. Com isso, a produção de conhecimento implica necessariamente o encontro com o outro, no qual as informações serão interpretadas dentro de um campo de possibilidades comunicativas.

Mobiliza-se, nesse processo de interação, uma série de conhecimentos construídos socioculturalmente, que perpassam não só a constituição da língua enquanto código, mas sua capacidade simbólica, representativa dos valores, ideologias, enfim, dos elementos do pensamento expressos por meio da fala, e que, sendo organizados culturalmente, interferem na produção de sentidos.

As concepções de sujeito e mundo que cada pesquisador adota, e que vão se constituindo a partir de suas vivências e leituras, definitivamente influenciam os conhecimentos que o mesmo apresentará a partir de sua pesquisa. Afinal, o fenômeno sob investigação e as pressuposições gerais do pesquisador, conjuntamente, determinarão a melhor forma de se traduzir os dados de pesquisa, de modo que diferentes pressuposições sobre a natureza das respostas dos pesquisados durante o processo de construção de dados pode levar a interpretações opostas sobre a mesma questão (VALSINER, 2000).

Isto não quer dizer, no entanto, que não existe uma linha geral que guia a pesquisa realizada, e sim que a realização de uma pesquisa não é algo neutro e imparcial, pois não existe apenas uma forma de retirar conhecimento a partir do fenômeno observado, como se pensava nos primórdios da constituição da ciência moderna. E essas possibilidades de conhecimento estão também intimamente relacionadas às relações que se estabelecem no fazer pesquisa.

A isso, podemos associar as qualidades produzidas durante a pesquisa. Primeiramente, Valsiner (2000) explica que os fenômenos psicológicos e sociais se alteram quando do encontro realizado pela pesquisa, posto serem fenômenos em estado de contínua transição. Torna-se, pois, construído pelo próprio ato da pesquisa. Levando em conta que buscamos com nossas pesquisas representar as qualidades do fenômeno que estamos investigando, é preciso apresentá-las para facilitar a compreensão desses entrelaçamentos que o encontro produz na investigação.

As qualidades reais, que são as características inerentes ao fenômeno, podem estar escondidas do investigador ante as limitações de acesso. Assim, a abordagem do pesquisador ao fenômeno revela as qualidades percebidas, que podem referir-se ou desviar de sua contraparte real à



medida que dependem dos conhecimentos teóricos e metodológicos que o pesquisador traz para o processo de investigação. Há ainda a qualidade incerta, que é aquela emergente no processo de pesquisa, ou seja, construída entre pesquisador e pesquisado. Este processo envolve processos de interpretação no processo comunicativo que são dotados de significados (VALSINER, 2000).

Ora, se a noção de deriva ressalta o encontro com o outro, nos ajudando a compreender os entrelaçamentos dos aspectos sociais que marcam singularmente os sujeitos e suas impressões sobre o mundo, é por meio desse encontro que se possibilita construir os elementos investigados em pesquisas do campo da psicologia, como as interpretações às características do fenômeno, sejam elas percebidas ou incertas.

Assim, os dados construídos na pesquisa são signos que se situam dentro de um campo de significados (VALSINER, 2000), possíveis a partir de interações que “são fios entrelaçados aos percursos da investigação, suas escolhas, limites e potencialidades (ESTEBAN, 2003, p. 134).

### **Considerações finais**

Diante de tudo isso, não podemos negar a implicação do pesquisador no fazer pesquisa, de modo que o conhecimento construído está perpassado por todos os pressupostos, teorias e métodos por ele adotados, e por todo o campo de significado possível na relação de comunicação com os pesquisados. A forma de construção do capítulo de Rhoda Linton (1997), com suas colocações pessoais e reflexões sobre o processo, nos possibilitou elencar uma série de elementos de discussão que partem de formas mais contextualizadas e implicadas para se pensar a produção do conhecimento científico e o papel do pesquisador no fazer ciência.

O rigor metodológico por ela apresentado, em um texto em que ela se coloca, apontando e discutindo sua forma de pensar e se apresentar no processo da pesquisa, e as interferências disso nos resultados, nos leva a perceber que o sujeito concreto se faz presente também na pesquisa científica, ao contrário do que defendia a abordagem hegemônica na constituição da ciência moderna. Assim, o encontro intuitivo faz parte do processo de conhecer e é marcado pela intencionalidade pessoal enquanto cientificamente legítima (VALSINER, 2000), de forma que não podemos mais pensar uma pesquisa descontextualizada, nem um pesquisador alheio ao que se produz.



### Referências bibliográficas

- ANDERY, Maria A. P. A. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro, Garamond, 2012.
- ANTUNES, Mitsuko A. M. A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. **Psicologia: ciência e profissão**, vol. 32, n. esp., p. 44-65, 2012.
- BOCK, Ana M. **Psicologias**. São Paulo: Saraiva, 1999.
- ESTEBAN, Maria T. Sujeitos singulares e tramas complexas, desafios cotidianos ao estudo e à pesquisa. In GARCIA, Regina L. (org). **Método, métodos, contramétodo**. São Paulo: Cortez, 2003.
- GONZALEZ-REY, Fernando L. Lo cualitativo y lo cuantitativo en la investigación de la Psicología Social. **Revista Cubana de Psicología**, vol. 17, n. 1, p. 61-71, 2000.
- GRAY, David E. Perspectivas teóricas e metodologias de pesquisa. In \_\_\_\_\_. **Pesquisa no mundo real**. 2ª Ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- LINTON, Rhoda. Rumo a um método feminista de pesquisa. In JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (ed.). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.
- MINAYO, Maria C.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Públ.** Rio de Janeiro, vol. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.
- MOLON, Susana I.. Notas sobre a constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. **Psicologia em Estudo**, Maringá, vol. 16, n. 4, p. 613-622, 2011.
- OLIVEIRA, Paulo S. Caminho de construção da pesquisa em Ciências Humanas. In \_\_\_\_\_. **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, Unesp, 1998.
- SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
- VALSINER, Jaan. Data as representations: contextualizing qualitative and quantitative research strategies. **Social Science Information**, vol. 39, p. 99-113, 2000.
- WULF, Christoph. O Outro - Perspectivas da Educação Intercultural. In MENDES, Candido (org.). **Representação e Complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.